



VII Plataforma Regional para la Reducción del Riesgo de Desastres en Las Américas y el Caribe (PR21)

Construyendo economías resilientes en las Américas y el Caribe

1 al 4 de Noviembre 2021, Evento Virtual



PLANO DE AÇÃO REGIONAL PARA IMPLEMENTAÇÃO DO MARCO DE SENDAI PARA REDUÇÃO DE RISCOS DE DESASTRES 2015-2030 NAS AMÉRICAS E NO CARIBE (ATUALIZADO EM NOVEMBRO DE 2021)

Introdução

O propósito deste Plano de Ação Regional (PAR), juridicamente não vinculativo, é servir como documento base para identificar práticas e processos direcionados a fomentar a implementação do Marco de Sendai para a Redução de Riscos de Desastres (RRD) 2015-2030 nas Américas e no Caribe. Este plano representa um passo evolutivo em direção a uma abordagem regional orquestrada para respaldar os países em seus esforços, aumentar a resiliência da sociedade em seu conjunto, reduzir o risco de desastres e seus impactos, e contribuir, desta forma, ao bem-estar de nossas sociedades.

Deste modo, o Plano de Ação Regional (PAR) apoia a implementação do Marco de Sendai nas Américas e no Caribe, graças à identificação de iniciativas locais, nacionais e regionais, as quais contribuem a uma ou a várias metas de Sendai. Esta abordagem ajuda os Estados-membros a construir-se de forma coletiva com base nos princípios norteadores estabelecidos no Marco de Sendai, especialmente naqueles direcionados a fomentar uma abordagem que abarque toda a sociedade, os grupos e os atores identificados no Marco de Sendai; e de forma congruente os marcos para a redução de riscos de desastres, a mudança climática, a nova agenda urbana e o desenvolvimento sustentável, assim como as inclusas Ações Regionais das "Diretrizes do Plano de Ação Regional sobre a Implementação do Marco de Sendai 2015-2030". Essas diretrizes foram estabelecidas durante a Primeira Reunião de Alto Nível de Ministros e de Autoridades sobre a Implementação do Marco de Sendai para a Redução de Riscos de Desastres 2015-2030 nas Américas, apoiada pelo governo do Paraguai, em 9 de junho de 2016.

O Plano de Ação Regional (PAR) para a implementação do Marco de Sendai para a redução de Riscos de Desastres nas Américas e no Caribe foi adotado pelos Estados-membros na 5ª Plataforma Regional para a Redução de Riscos de Desastres nas Américas (de 7 a 9 de março de 2017, em Montreal, no Canadá). Os Estados-membros voltaram a confirmar a validade do PAR na 6ª Plataforma Regional para a Redução de Riscos de Desastres nas Américas (de 20 a 22 de junho de 2018, em Cartagena, na Colômbia).

Antes da sétima Plataforma Regional para a redução dos Riscos de Desastres nas Américas e no Caribe (de 1 a 4 de novembro de 2021, apoiada virtualmente pelo Governo de Jamaica), o UNDRR, em colaboração com o governo do país, elaborou uma consulta eletrônica para compilar informação pertinente que servisse de base para a reflexão e discussão sobre os desafios e oportunidades presentes na região, com o intuito de avançar na implementação do Marco de Sendai. Realizaram-se outras consultas com organizações intergovernamentais, jovens e organizações da sociedade civil.



VII Plataforma Regional para la Reducción del Riesgo de Desastres en Las Américas y el Caribe (PR21)

Construyendo economías resilientes en las Américas y el Caribe

1 al 4 de Noviembre 2021, Evento Virtual



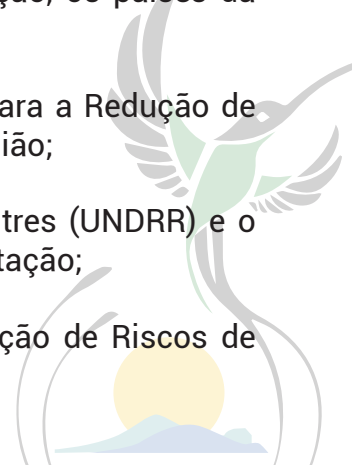
As organizações intergovernamentais que participaram dessa consulta foram o Comitê Andino para Prevenção e Atenção de Desastres (CAPRADE), Agência de Gerenciamento de Emergências em Desastres do Caribe (CDEMA), Centro de Coordenação para Prevenção de Desastres na América Central (CEPREDENAC) e Reunião de Ministros e de Autoridades de Gestão Integral de Riscos e Desastres do Mercosul (RMAGIR). A consulta com a juventude realizou-se no marco da organização do Fórum da Juventude para a redução de Riscos de Desastres (em 26 de outubro de 2021) e a consulta com a sociedade civil foi liderada pela Rede Global de Organizações da Sociedade Civil para Redução de Desastres (GNDR).

As iniciativas inclusas neste Plano de Ação regional (PAR) representam esforços que os Estados-membros, as organizações de sociedade civil, os voluntários, os jovens e outros atores e organismos relevantes, poderiam fomentar de maneira coletiva. O PAR:

1. Convince os atores interessados a serem contrapartes principais e de apoio em sua implementação, conforme descrito neste documento e em concordância com as prioridades nacionais.
2. Respeita a abordagem que abarca toda a sociedade, sendo planejada de forma proeminente no Marco de Sendai. Em conformidade com suas prioridades e mandatos respectivos, os atores relevantes continuarão participando em todas as etapas do processo, considerando suas necessidades, capacidades e contexto. Reconhecemos o papel primordial dos Estados-membros na Redução de Riscos de Desastres (RRD), e igualmente a contribuição dos grupos interessados, incluem-se os jovens, a sociedade civil, as organizações de base, as comunidades indígenas, afrodescendentes, minorias, pessoas com deficiência, idosos, o setor privado, o sector acadêmico e a comunidade científica e técnica, entre outros.

Para promover a implementação deste Plano de Ação, os Estados-membros e outros grupos interessados, em conformidade com suas prioridades e mandatos respectivos, deveriam desenvolver atividades baseadas nas iniciativas mencionadas de acompanhamento. Em adição, os países da Américas e do Caribe deveriam:

1. Revisar a implementação deste PAR antes de cada Plataforma Regional para a Redução de Riscos de Desastres, por meio de consultas com os diferentes países da região;
2. Apoiar o Escritório das Nações Unidas para Redução de Riscos de Desastres (UNDRR) e o próximo anfitrião da Plataforma Regional na revisão do status da implementação;
3. Utilizar este PAR para dar apoio à implementação de ações para a Redução de Riscos de Desastres (RRD) já existentes em acordos regionais e sub-regionais;





VII Plataforma Regional para la Reducción del Riesgo de Desastres en Las Américas y el Caribe (PR21)

Construyendo economías resilientes en las Américas y el Caribe

1 al 4 de Noviembre 2021, Evento Virtual



4. Socializar o PAR com os tomadores de decisões e níveis técnicos, a partir do nível central até o nível local; e
5. Facilitar para que os Estados-membros e as organizações regionais envolvidas no processo informem o UNDRR acerca destas ações para a Redução de Riscos de Desastres (RRD), as quais poderiam contribuir para implementação deste PAR, a fim de receber apoio e evitar a duplicidade dos esforços.

A pandemia de Covid-19, como expressão de natureza sistêmica do risco gerado pela complexa interconectividade de nossa região e do mundo atual, manifestou a urgência de abordar o risco de desastres e de construir a resiliência. A pandemia demonstrou até que ponto é possível a extensão de uma crise local, de forma rápida, por setores e países, produzindo impactos devastadores nas economias, na saúde e no bem-estar de milhões de pessoas em todo o mundo. Os ajustes realizados no PAR integram as lições aprendidas na pandemia e nos desastres passados, refletem a preocupação pela mudança climática e o reconhecimento da necessidade de aumentar as ambições e os compromissos multissetoriais, multiníveis e de múltiplas partes interessadas em implementar de maneira plena o Marco de Sendai e possuir uma região das Américas e do Caribe mais segura e resiliente.

Prioridade 1: compreender o risco de desastres

As políticas e práticas para a gestão do risco de desastres devem se basear em uma compreensão do risco de desastres em todas suas dimensões de vulnerabilidade, capacidade, grau de exposição de pessoas, bens, características das ameaças e do entorno. Esses conhecimentos podem ser aproveitados para a avaliação de risco prévio aos desastres, para a prevenção e mitigação, e para a elaboração e aplicação de medidas adequadas de preparação e resposta eficaz para casos de desastre. Desta forma, compreender a interdependência dos sistemas econômicos, políticos, humanos e naturais, e a possibilidade de o risco em quaisquer desses sistemas produzir efeitos em cascata e em cadeia nos demais, a compreensão torna-se fundamental para o planejamento do desenvolvimento e a adaptação à mudança climática.

Iniciativa regional

1. Fortalecer os sistemas de informação sobre o risco de desastres mediante apoio a sistemas nacionais e locais sobre multiameaças e o monitoramento de fatores de vulnerabilidade que possam intensificar o risco já existente. Para tanto, reconhece-se a complexa interconexão entre sistemas sociais, econômicos, humanos e ambientais, fortalecem-se os sistemas de alerta precoce, assim como as iniciativas para o mapeamento do risco de desastres, elaboração de cenários, conhecimentos tradicionais, investigação e metodologias de avaliação de risco e



VII Plataforma Regional para la Reducción del Riesgo de Desastres en Las Américas y el Caribe (PR21)

Construyendo economías resilientes en las Américas y el Caribe

1 al 4 de Noviembre 2021, Evento Virtual

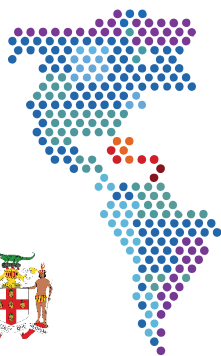


de compreensão dos riscos e das perdas econômicas, culturais e sociais, geradas por desastres intensivos e extensivos.

2. Fortalecer o monitoramento, a avaliação e o registro de riscos e perdas ocasionadas por desastres, tanto prováveis como já existentes, centrando-se especificamente na manutenção de registros históricos para documentar futuras ações e para permitir criar cenários de riscos.
3. Fortalecer sistemas e mecanismos como intuito de compartilhar avaliações do risco de desastres, boas práticas e metodologias entre regiões e setores, promovendo assim o livre acesso à informação, conforme for correspondente e pertinente, e melhorando a utilização e o acesso a dados gerais sobre ameaças e fatores de vulnerabilidade.
4. Promover estudos abrangentes e avaliações integrais sobre o risco de desastres por ameaças múltiplas, vinculando as projeções relativas à mudança climática com as ameaças, as vulnerabilidades socioeconômicas e os dados sobre o nível de exposição. Isso inclui fortalecer as abordagens sistêmicas e integrais na análise dos territórios a exemplo da abordagem metropolitana e da análise das bacias.
5. Promover a incorporação do conhecimento das ameaças e do uso de informação sobre o risco de desastres, incluem-se as necessidades diferenciadas das mulheres, dos jovens, dos povos indígenas, das pessoas com deficiência, dos idosos e de outros grupos vulneráveis, em programas educativos (especialmente na educação inicial e básica), contando com a colaboração dos meios de comunicação, para que todas as camadas da sociedade possam compreender o risco de desastres.
6. Reforçar a colaboração e a interoperabilidade dos dados entre todos os setores-chaves (incluindo infraestruturas essenciais e serviços básicos) e territórios.
7. Identificar e promover, em colaboração com a comunidade técnico-científica, uma agenda regional de investigação científica que considere as principais ameaças, assim como as vulnerabilidades existentes, e fortalecer o diálogo, a cooperação e o intercâmbio de conhecimentos sobre o risco de desastres e as estratégias de redução de risco entre múltiplos atores, setores e níveis.

Prioridade 2: fortalecer a governança do risco de desastres para gerenciar o respectivo risco

A governança do risco de desastres em nível nacional, regional e mundial, é de grande importância para uma gestão eficaz e eficiente do risco. Os mecanismos de governança do risco de desastres devem assimilar a natureza sistêmica do risco. É necessário contar com claros objetivos, planos,



VII Plataforma Regional para la Reducción del Riesgo de Desastres en Las Américas y el Caribe (PR21)

Construyendo economías resilientes en las Américas y el Caribe

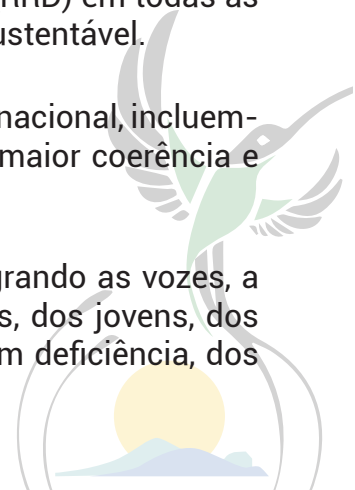
1 al 4 de Noviembre 2021, Evento Virtual



competências, diretrizes e coordenação nos setores e entre eles, assim como a participação do atores pertinentes. O fortalecimento da governança de risco de desastres para a prevenção, mitigação, preparação, resposta, recuperação e para a reconstrução melhor e mais verde é, para tanto, necessário e deve fomentar a colaboração e as alianças entre mecanismos e instituições na aplicação dos instrumentos adequados para a redução do risco de desastres e para o desenvolvimento sustentável.

Iniciativa regional

8. Reforçar a coerência das abordagens para reduzir o risco de desastres e enfrentar a mudança climática, promovendo um planejamento participativo e inclusivo que garanta a inclusão das estratégias de redução do risco de desastres aos processos de desenvolvimento sustentável em nível regional, nacional e local.
9. Garantir a inclusão dos riscos biológicos e sanitários nos planos e estratégias de redução do risco de desastres, em colaboração com o setor sanitário, e promover abordagens integrais que incorporem dimensões humanas, ambientais e de saúde animal.
10. Melhorar e aumentar os programas dedicados ao desenvolvimento de capacidades, tanto presenciais quanto a distância, direcionados a diferentes setores, organizações (públicas e privadas) e grupos vulneráveis.
11. Promover mecanismos multissetoriais e multiníveis de governança do risco de desastres e fazer com que os setores comprometam-se a integrar de maneira eficaz a gestão do risco nas políticas e na gestão institucional.
12. Fomentar intercâmbios multissetoriais e multinacionais por meio da socialização de experiências e melhores práticas para integrar ações de Redução de Riscos de Desastres (RRD) em todas as áreas, incluindo a adaptação à mudança climática e o desenvolvimento sustentável.
13. Promover a integração dos esforços conjuntos dos atores de cooperação internacional, incluem-se agências, fundos e programas do sistema das Nações Unidas para uma maior coerência e uma gestão integral das iniciativas de redução do risco de desastres.
14. Promover a inclusão nos marcos de governança do risco de desastres, integrando as vozes, a participação e a compreensão das necessidades diferenciadas das mulheres, dos jovens, dos povos indígenas, dos afrodescendentes, de outras minorias, das pessoas com deficiência, dos idosos e de outros grupos vulneráveis.





VII Plataforma Regional para la Reducción del Riesgo de Desastres en Las Américas y el Caribe (PR21)

Construyendo economías resilientes en las Américas y el Caribe

1 al 4 de Noviembre 2021, Evento Virtual



15. Promover parcerias público-privadas, facilitar o compromisso e a participação do setor privado na implementação do Marco de Sendai para a Redução de Riscos de Desastres 2015-2030, a exemplo, na elaboração de planos e estratégias, em reconhecimento do seu provável papel essencial no desenvolvimento de ferramentas, abordagens e tecnologias para compreender o risco, sua responsabilidade para assegurar que os investimentos sejam informados pelo risco, e em consideração pelas suas capacidades de apoiar os esforços de preparação, resposta e reconstrução.

Prioridade 3: investir na redução do risco de desastres em prol da resiliência

A pandemia de Covid-19 demonstrou que os governos estão insuficientemente preparados para enfrentar a natureza sistêmica do risco, que investem insuficientemente e atribuem insuficiente prioridade à prevenção e à resiliência. Os investimentos públicos e privados para a prevenção e redução do risco de desastres mediante medidas estruturais e não estruturais são essenciais para aumentar a resiliência econômica, social, sanitária e cultural das pessoas, das comunidades, dos países e de seus bens, assim como do meio ambiente. Estes fatores podem impulsionar a inovação, o crescimento e a criação de emprego. Essas medidas são de custos efetivos e fundamentais para salvar vidas, prevenir, reduzir as perdas e assegurar a recuperação e a reabilitação efetiva. Investir na redução do risco de desastres é essencial para o desenvolvimento sustentável em um clima rápido de mudança.

Iniciativa regional

16. Impulsionar a realização de estudos regionais sobre boas práticas de financiamento e transferência do risco em diferentes níveis territoriais, fortalecer a cooperação com companhias de seguros para promover uma maior cobertura, gerar incentivos, fortalecer a evidência sobre o impacto dos desastres e promover investimentos resilientes.
17. Melhorar e mobilizar o investimento na redução do risco de desastres em nível nacional e local, por meio da vinculação dos recursos financeiros para adaptação e mitigação da mudança climática na redução do risco de desastres conforme apropriado, e seguir a fomentar o apoio orçamentário e multilateral para a redução do risco de desastres em todos os setores e em todos os níveis.
18. Orientar de forma transversal o risco de desastres nos investimentos públicos e privados, promovendo as mudanças normativas necessárias.
19. Reforçar a continuidade do financiamento da prevenção de desastres e realizar revisões orçamentárias as quais considerem o risco.



VII Plataforma Regional para la Reducción del Riesgo de Desastres en Las Américas y el Caribe (PR21)

Construyendo economías resilientes en las Américas y el Caribe

1 al 4 de Noviembre 2021, Evento Virtual



20. Colaborar para que as instituições financeiras internacionais e os bancos regionais garantam que suas estratégias, operações e atividades estejam alinhadas com o Marco de Sendai e com as prioridades nacionais em matéria de redução do risco de desastres; e fortalecer os sistemas nacionais para promover estas alianças.
21. Promover a socialização das melhores práticas acerca da continuidade dos negócios, incluindo o acompanhamento dos serviços, funções de governo e de outros serviços de vital importância, a considerar todas as ameaças, conforme correspondam e sejam pertinentes.
22. Potencializar uma abordagem sistêmica e centralizada na resiliência dentro dos planos de estímulo e recuperação pós-desastre, em particular da pandemia de Covid-19, da mesma forma em relação a outros desastres que impactaram a região; e prestar a devida atenção à prevenção e à mitigação de crises futuras, priorizando os mais vulneráveis na sociedade.

Prioridade 4: aumentar a preparação para casos de desastre com o intuito de dar uma resposta eficaz e "reconstruir melhor" nos âmbitos da recuperação, da reabilitação e da reconstrução

O crescimento constante do risco de desastres, incluindo o aumento do número de pessoas e bens expostos, combinados com os ensinamentos extraídos de desastres passados, indica a necessidade de fortalecer ainda mais a preparação para casos de desastres, adotar medidas com antecedência aos acontecimentos, integrar a redução do risco de desastres na preparação da resposta e assegurar que se conte com capacidade suficiente para uma resposta e recuperação eficaz em todos os níveis. Para construir a resiliência, é essencial empoderar as mulheres, os jovens, os povos indígenas, os afrodescendentes, as minorias, os idosos e as pessoas com deficiência para que encabechem e promovam publicamente abordagens baseadas na igualdade de gênero e no acesso universal em matéria de resposta, recuperação, reabilitação e reconstrução. Os desastres têm demonstrado que as fases de recuperação, reabilitação e reconstrução, em que se deva preparar previamente ao desastre, são uma oportunidade fundamental para "reconstruir melhor e mais verde"; entre outras coisas, mediante a integração da redução do risco de desastres às medidas de desenvolvimento, fazendo com que nações e comunidades sejam resilientes diante dos desastres.

Iniciativa regional

23. Fortalecer a coordenação, a colaboração e a participação dos Estados-membros, das comunidades, das organizações regionais e internacionais, das organizações de sociedade civil, dos voluntários, do setor privado e de outros grupos interessados, na preparação, resposta e recuperação em casos de desastre, dentro do âmbito de seus respectivos mandatos e prioridades, buscando unificar as linguagens.



VII Plataforma Regional para la Reducción del Riesgo de Desastres en Las Américas y el Caribe (PR21)

Construyendo economías resilientes en las Américas y el Caribe

1 al 4 de Noviembre 2021, Evento Virtual



24. Fortalecer a ação coordenada, multissetorial, para abordar os desafios diversos e específicos da região relativos à mobilidade humana no contexto de desastres e de mudança climática.
25. Promover o intercâmbio de conhecimentos sobre a recuperação após um desastre, assim como as melhores práticas que incorporem a perspectiva de "reconstruir melhor e mais verde" para proteger as comunidades, seu acesso à habitação, à infraestrutura vital e aos serviços básicos (saúde, água potável, energia elétrica, internet etc.), seus meios de subsistência e meio ambiente, com prioridades estabelecidas em nível nacional, subnacional e local.
26. Fortalecer o intercâmbio de conhecimentos e experiências/expertise sobre ferramentas para a melhora dos processos de planejamento do desenvolvimento, aplicados a áreas urbanas, rurais e a outros modelos organizativos, que considerem o risco de desastres, tais como: normas de construção, estratégias locais, de desenvolvimento sustentável e planos maestros, entre outros.
27. Desenvolver e compartilhar as melhores práticas e estratégias com o intuito de melhorar os sistemas integrais de alerta precoce para as ameaças múltiplas, sistemas de informação sobre o risco de desastres, redes de monitoramento, previsões baseadas no impacto, assim como para explorar meios para fortalecer os vínculos entre as agências científicas e técnicas, as comunidades e os tomadores de decisões.
28. Fortalecer os sistemas de proteção social para que possam responder melhor às crises e alcancem aos mais vulneráveis de maneira oportuna.
29. Promover o planejamento para facilitar que a recuperação seja mais efetiva e eficiente logo após um desastre.
30. Fortalecer a cooperação internacional, incluindo a cooperação sul-sul, a fim de facilitar o fluxo de ferramentas, tecnologias e habilidades para melhorar a preparação, resposta a desastres e recuperação pós-desastres, reconstruindo de uma maneira melhor e mais verde.

Apenas juntos os países e os habitantes da região poderão ser verdadeiramente resilientes!

Adotado em 3 de novembro de 2021.

